

Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A
Maracanaú - CE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 05 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Diego Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.918	84.365	Fornecedores nacionais		44.540	122.628
Aplicações financeiras	5	104.041.559	-	Dividendos a pagar	9	288.981	-
Impostos a recuperar		635.446	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	12	68.531	52.897
Outros créditos		60.142	-	Obrigações fiscais		78.506	49.994
Partes relacionadas - outros créditos	12	678.365	8.305	Obrigações trabalhistas		-	1.567
Despesas antecipadas	6	143.645	7.311	Outras contas a pagar		70.891	-
Total do Ativo Circulante		105.570.075	99.981	Obrigações com arrendamentos	7	129.656	-
Despesas antecipadas	6	935.994	1.082.598	Total do Passivo Circulante	28	681.105	227.086
Realizável a longo prazo		935.994	1.082.598	Empréstimos e financiamentos	8	115.073.183	-
Imobilizado	7	164.162.494	27.896.169	Total do Passivo Não circulante		115.073.183	-
Total do Ativo Não Circulante		165.098.488	28.978.767	Total do Passivo		115.754.288	227.086
Total do Ativo		270.668.563	29.078.748	Patrimônio líquido			
				Capital social	9	153.946.572	29.610.172
				Reserva legal	9	100.760	-
				Reserva de lucros a distribuir	9	866.943	-
				Lucros ou (prejuízos) acumulados		-	(758.510)
				Total do Patrimônio líquido		154.914.275	28.851.662
				Total do Passivo e Patrimônio líquido		270.668.563	29.078.748

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas	9	(1.674.670)	(603.910)
Outras despesas operacionais	-	(144)	(12)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(1.674.814)	(603.922)
Receitas financeiras	10	4.003.742	-
Despesas financeiras	10	(153.057)	(2.910)
Resultado financeiro líquido		3.850.685	(2.910)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		2.175.871	(606.832)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(160.677)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		2.015.194	(606.832)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	<u>2.015.194</u>	<u>(606.832)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>2.015.194</u>	<u>(606.832)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021		<u>33.195.172</u>	<u>(10.000.000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(151.678)</u>	<u>23.043.494</u>
Capital integralizado		-	6.415.000	-	-	-	6.415.000
Lucro ou (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	(606.832)	(606.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>33.195.172</u>	<u>(3.585.000)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(758.510)</u>	<u>28.851.662</u>
Capital subscrito	8	125.294.465	(125.294.465)	-	-	-	-
Capital integralizado	8	-	124.336.400	-	-	-	124.336.400
Lucro ou (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	2.015.194	2.015.194
Destinação do lucro:							
Reserva legal	8	-	-	100.760	-	(100.760)	-
Dividendos obrigatórios	8	-	-	-	-	(288.981)	(288.981)
Reserva de lucros a distribuir	8	-	-	-	866.943	(866.943)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>158.489.637</u>	<u>(4.543.065)</u>	<u>100.760</u>	<u>866.943</u>	<u>-</u>	<u>154.914.275</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		2.015.194	(606.832)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	6	354.073	-
Juros sobre arrendamentos	6	18.649	-
Rendimentos Aplicações financeiras		(3.991.373)	-
Resultado da baixa de imobilizado	6	427.867	-
Baixa de arrendamento		1	-
Imposto de renda e contribuição social	13	160.677	-
Variações nos ativos e passivos			
Impostos a recuperar		(635.446)	-
Despesas antecipadas		10.270	(1.075.622)
Outros créditos		(60.142)	-
Partes relacionadas - outros créditos		(670.060)	(8.305)
Fornecedores nacionais		(78.088)	92.292
Partes relacionadas - outras contas a pagar		15.634	52.897
Obrigações trabalhistas		(1.567)	1.567
Obrigações fiscais		(185.953)	49.824
Outras contas a pagar		70.890	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(2.549.374)	(1.494.179)
Imposto pago sobre o lucro		53.788	-
Fluxo de caixa líquido das (utilizado nas) atividades operacionais		- 2.495.586	- 1.494.179
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(100.050.186)	-
Aquisição de imobilizado		(136.338.273)	(4.869.892)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(236.388.459)	(4.869.892)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital	9	124.336.400	6.415.000
Pagamento de arrendamento	7	(311.032)	-
Captações de empréstimos e financiamentos	8	116.314.288	-
Custo de captação	8	(1.529.058)	-
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		238.810.598	6.415.000
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(73.447)	50.929
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	84.365	33.436
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	10.918	84.365
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		(73.447)	50.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em reais)

1. Contexto operacional

A Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situado na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, N° 10.800, sala 287 - Distr. Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 18 de dezembro de 2019 e até a presente data não entrou em fase operacional.

A Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com a portaria n° 145, de 03 de abril de 2020 do Ministério de Minas e Energia (MME), a outorgada tem até 1° de janeiro de 2025 para iniciar a operação comercial da 1° e 2° unidade geradora. O empreendimento possui capacidade instalada do projeto de 63,0 MW, conforme despacho n° 2.874 de 07 de outubro de 2020.

A Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, em nome próprio, de usina de geração de energia a partir da fonte EOL Ventos de Santa Léia 05, na forma permitida por lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

2. Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas Demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas Demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 05 de maio de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das Demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, adiantamento a fornecedor e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e outras contas a pagar.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se, principalmente, a provisões relacionadas com obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos, quando incorridos, são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Estas provisões são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não constituiu provisão para desmobilização considerando que não há obrigação legal e contratual em seus contratos de arrendamentos.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados pela Companhia. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia não possui diferenças temporárias.

Em 2022, a Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar conforme demonstrado na nota 13. Em 2021, a Companhia não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.10 Arrendamento

A Companhia avaliou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2019, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a rerepresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma.

Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data do reconhecimento do contrato até o início da fase operacional, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso na rubrica de "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "obrigações com arrendamento" no balanço patrimonial.

2.11 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2022

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26).

3. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	10.918	84.365
Total	10.918	84.365

5. Aplicações financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras (a)	104.041.559	-
Total	104.041.559	-

- (a) A Companhia está em período de construção, mantém suas aplicações financeiras preferencialmente em fundos contratados para esse fim, com baixo risco de crédito. Para aplicações financeiras com prazo inferior a 30 dias a Companhia contratou em 2022 e 2021 instrumento de renda fixa de curto prazo com baixo risco de crédito e remuneração com taxas entre 80% e 107% do CDI. O saldo de aplicação financeira em 2022 está refletindo os valores de controladas adquiridas no corrente ano e explica a variação relevante em relação ao ano de 2021. O respectivo montante refere-se as aplicações financeiras das empresas pré-operacionais que encontram-se em processo de construção de seus parques.

6. Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Custos de empréstimos	699.376	1.070.006
Outras despesas pagas	4.882	5.026
Prêmios de seguro a apropriar	375.381	14.877
Total	1.079.639	1.089.909
Ativo circulante	143.645	7.311
Ativo não circulante	935.994	1.082.598

7. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	107.370.294	-	107.370.294	26.198.435
Imobilizado em andamento	-	56.576.578	-	56.576.578	1.697.734
Torres anemométricas	10%	136.685	(9.112)	127.573	-
Ativo de direito de uso de terra	60%	422.039	(333.990)	88.049	-
Total	-	164.505.596	(343.102)	164.162.494	27.896.169

b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2021	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	26.198.435	83.961.805	(2.789.946)	-	-	107.370.294
Imobilizado em andamento (ii)	1.697.734	52.088.898	2.789.946	-	-	56.576.578
Torres anemométricas (i)	-	575.523	-	(427.867)	(20.083)	127.573
Ativo de direito de uso de terra	-	422.039	-	-	(333.990)	88.049
Total	27.896.169	137.048.265	-	(427.867)	(354.073)	164.162.494

	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	22.804.088	3.394.347	26.198.435
Imobilizado em andamento	222.189	1.475.545	1.697.734
Total	23.026.277	4.869.892	27.896.169

- (i) Refere-se à compra de torres anemométricas para estudos e medições da energia eólica e que se encontram em uso.
- (ii) Refere-se as aquisições de equipamentos, instalações e obras civis para implantação do parque eólico.

c. Arrendamento mercantil

Política contábil

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a reapresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram

calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

Durante a fase operacional futura, os fluxos de pagamentos previstos contratualmente serão todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não estão contemplados no cálculo, conforme previsto na norma.

A seguir, um resumo dos valores contabilizados na data inicial e a movimentação dos itens de ativo e de passivo ao longo de todo o exercício de 2022:

Ativo de direito de uso:

	Terrenos
	31/12/2022
Saldo inicial	-
Adições	422.039
Amortização	(333.990)
Saldo final	88.049

Obrigações com arrendamento:

	Terrenos
	31/12/2022
Saldo inicial	-
Adições	440.799
Juros a incorrer	(18.761)
Juros incorridos	18.650
Pagamentos	(311.032)
Saldo final	129.656
Circulante	129.656
Não circulante	-

8. Empréstimos e Financiamentos

Em 29 de outubro de 2021, a Companhia celebrou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, destinado à implantação do Empreendimento Ventos de Santa Léia 05, no valor de R\$ 151.000.000,00, para aplicação na aquisição de bens e realização de serviços.

Os encargos da operação correspondem a taxa de juros dos fundos constitucionais (TFC), apurada mensalmente, acrescida de taxa de juros básicos fixos de 2,6778% a.a. (considerando-se a incidência de bônus de adimplência de 15% para pagamentos das parcelas da dívida pagas integralmente até a data do respectivo vencimento). O principal da dívida com o BNB deverá ser repago em 246 prestações mensais, sendo a primeira prestação vincenda em 15 de junho de 2025 e a prestação final vincenda em 15 de novembro de 2045. Os *covenants* do contrato firmado, são cláusulas não financeiras, usuais para operações de empréstimo de longo prazo contratados junto ao BNB, e o contrato de financiamento será garantido por fiança bancária a ser contratada junto a bancos comerciais. O cronograma de liberação financeira relativo ao referido contrato de financiamento BNB ocorrerá a partir do exercício de 2022, sem, portanto, haver impactos nestas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se adimplente com suas obrigações estabelecidas no contrato

a. Composição do saldo

Banco	Tipo	31/12/2022
Banco do Nordeste do Brasil S.A	Financiamento	115.073.183

b. Movimentação da conta

	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro	<u>-</u>
Captações de empréstimos e financiamentos	116.314.288
Custo de captação	(1.529.058)
Capitalização de imobilizado	287.953
Saldo em 31 de dezembro	115.073.183
Não circulante	<u>115.073.183</u>

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2022	
	Valor	%
2025	2.306.929	2%
2026	862.653	1%
2027	1.393.720	1%
2028	1.571.153	1%
2029	1.418.483	1%
2030	1.507.810	1%
2031	1.570.017	1%
2032	1.806.024	2%
2033	2.038.922	2%
2034	1.901.232	2%
2035	1.496.745	1%
2036	2.506.118	2%
2037	4.125.348	3%
2038	7.756.137	7%
2039	10.247.637	9%
2040	11.900.660	10%
2041	12.576.292	11%
2042	13.482.735	12%
2043	14.427.865	12%
2044	14.733.578	13%
2045	6.972.183	6%
Total	<u>116.602.241</u>	<u>100%</u>

O quadro acima não contempla no exercício de 2022 o valor de R\$ 1.529.058, referente ao custo de captação empréstimos, ativado durante o período pré-operacional da Companhia.

9. Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 153.946.572 em 2022 (2021: R\$ 29.610.172) e está representado por 153.946.572 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	(%) de ações	Valor	(%) de ações	Valor
Acionistas				
RDVE Sub Holding S.A.	100%	153.946.572	100%	29.610.172
Total	100%	153.946.572	100%	29.610.172

Aumento de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 22 de fevereiro de 2022, foi subscrito capital no montante de R\$ 125.294.465 e integralizado capital nesta data no montante de R\$ 1.290.000 através de adiantamento para futuro aumento de capital com entrada em caixa e equivalente de caixa.

No exercício de 2022, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 123.046.400 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

Dividendos

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável.

	31/12/2022
Lucro do exercício	2.015.194
(-) Prejuízo fiscal	(758.510)
(-) Reserva legal (5%)	(100.760)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	1.155.924
Dividendos propostos	288.981

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021 não houve constituição de reserva de legal.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2022 foi consituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 866.943. Em 31 de dezembro de 2021 não houve constituição de reserva de lucros a distribuir.

10. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Amortizações e depreciações	(354.073)	-
Despesas informática e telecomunicações	-	(80)
Despesas legais (c)	(147.599)	(57.311)
Despesas com manutenção	(30.000)	-
Mão de obra	(141.651)	(6.592)
Taxa de manutenção com órgão regulador	(408)	-
Serviços - pessoa jurídica (b)	(10.553)	(6.122)
Tributos e contribuições	(192.015)	(1.429)
Despesas com seguros	-	(6.091)
Despesas operacionais - geração energia	(142.310)	-

Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A
(Companhia em fase pré-operacional)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022

Despesas com veículos	(521)	-
Compartilhamento de despesa (a)	(527.546)	(526.285)
Seguros	(127.994)	-
Total	(1.674.670)	(603.910)

- (a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.
- (b) Refere-se a consultorias, serviços de mão de obra e auditoria externa.
- (c) Refere-se a despesas com taxas e registros em cartórios.

11. Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras (a)	3.991.373	-
Descontos obtidos - mercado financeiro	12.368	-
Descontos obtidos	1	-
	<u>4.003.742</u>	-
Despesas financeiras		
Multas e juros passivos	(8.903)	-
Garantias de fiel cumprimento (b)	(66.900)	-
Tarifas bancárias	(58.590)	(2.910)
Juros pagos a fornecedores	(15)	-
Juros sobre direito de uso	(18.649)	-
	<u>(153.057)</u>	<u>(2.910)</u>
Total	<u>(3.850.685)</u>	<u>(2.910)</u>

- (a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos.
- (b) Refere-se as garantias para a solicitação da outorga de autorização para geração de usinas eólicas no mercado livre.

12. Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como as transações que influenciaram os resultados do exercício, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2021

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b)	8.305
Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	52.897
Resultado	
Compartilhamento de despesas (a)	526.285

Em 31 de dezembro 2022

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b)	678.365
Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	68.531

Resultado
Compartilhamento de despesas (a) **527.546**

- (a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.
- (b) A Companhia possui imobilizações em andamento e despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação.

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições de mercado.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 16 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

13. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	10.918	10.918	84.365	84.365
Aplicações financeiras	104.041.559	104.041.559	-	-
Outros créditos	60.142	60.142	-	-
Partes relacionadas - outros créditos	678.365	678.365	8.305	8.305
Fornecedores nacionais	(44.540)	(44.540)	(122.628)	(122.628)
Empréstimos e financiamentos	(115.073.183)	(115.073.183)	-	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar	(68.531)	(68.531)	(52.897)	(52.897)
Outras contas a pagar	(70.890)	(70.890)	-	-
Total	(10.466.160)	(10.466.160)	(82.855)	(82.855)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

14. Imposto de renda e contribuição social corrente

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou Lucro de R\$ 2.015.194 (2021: prejuízo de R\$ 606.832).

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.175.871	(606.832)
Adições temporárias e permanentes	46.362	-
Exclusões temporárias e permanentes	(1.446.281)	-
	(1.399.919)	-
Lucro real	775.952	-
(-) Compensação	(232.785)	-

Ventos de São Longino Energias Renováveis S.A
(Companhia em fase pré-operacional)
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022

Lucro tributável	543.167	-
IPPJ/CSLL Vigente (24%)	130.360	-
Adicional IRPJ (10%)	30.317	-
Alíquota efetiva	<u>7,3844680%</u>	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	160.677	-

15. Contingências

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.